

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resolução de Afastamento nº 062/2012 2

Atos Legislativos 2

Autógrafo - Moção de Pesar nº 001 a 003/2012 2

Proposta de Moção de Pesar nº 003/2012 2

Requerimento Pedido de Informação nº 001/2012 2

Requerimento Pedido de Informação nº 002/2012

Indicação nº 003/2012

Indicações nº 004 a 007/2012

Ata da 2091ª Sessão Ordinária

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO

Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 062/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

 1º **RETIFICAR** a Resolução nº 052/2012, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1288, de 24 de fevereiro do ano em curso, que autorizou o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS**, para viajar com destino a cidade de Belo Horizonte-MG.

 2º **Onde se lê:** no período de 04.03 a 10.03.2012. **Leia-se:** no período de 06.03 a 10.03.2012, conforme MEMO Nº 05/2012 GAB. DEPUTADO CORONEL CHAGAS, de 29 de fevereiro de 2012.

Palácio Antônio Augusto Martins, 01 de março de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATOS LEGISLATIVOS
AUTÓGRAFOS - MOÇÕES
MOÇÃO DE PESAR Nº 001/12

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

 - **Moção de Pesar** pelo falecimento da senhora **Arminda**
Lemos Lucas Gomes, ocorrido no dia 19 deste mês.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares e à servidora Marília Aparecida Gomes.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de março de 2012.

 Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1º Vice-Presidente

 Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

MOÇÃO DE PESAR Nº 002 /12

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

 - **Moção de Pesar** pelo falecimento de **Caroline Rocha de Albuquerque, Bruna Correia de Albuquerque e Pedro Henrique Albuquerque Mariano**, membros da família do Deputado Célio Rodrigues Wanderley, ocorrido no dia 26 deste mês.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar ao Deputado Célio Wanderley e seus familiares.

Desejamos que os mesmos sejam acolhidos pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de março de 2012.

 Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1º Vice-Presidente

 Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

MOÇÃO DE PESAR Nº 003/12

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

 - **Moção de Pesar** pelo falecimento da senhora **Aldercy Figueredo Pereira (ALDECA)**, ocorrido no dia 24 deste mês.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares e ao servidor Dr. Helder Figueredo Pereira.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de março de 2012.

 Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1º Vice-Presidente

 Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

PROPOSTA DE MOÇÕES
PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 003/12

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

 - **Moção de Pesar** pelo falecimento da senhora **Aldercy Figueredo Pereira (ALDECA)**, ocorrido no dia 24 deste mês.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares e ao servidor Dr. Helder Figueredo Pereira.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de março de 2012.

 Dep. **AURELINA MEDEIROS**

1º Vice-Presidente

 Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 001, DE 2011.

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do Art. 33, inciso XXIX da Constituição do Estado, *c/c o caput* do Art. 84, o *caput* do Art. 86 e seus respectivos incisos II e III, do Regimento Interno, requero que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Previdência – CEP, para que preste as seguintes informações:

1. Qual o teor das atas das reuniões deste Conselho, realizadas nos anos de 2011 e 2012? (cópias integrais com devido registro)
2. Qual a autonomia deste Conselho para deliberar sobre autorização para realização de investimentos diversos dos recursos sob a guarda e responsabilidade administrativa do IPER?

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente Requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

É do conhecimento da Casa do Povo que as entidades sindicais, com todo o direito e razão, vêm se mobilizando para evitar que os recursos sob guarda do IPER, destinados a custear aposentadorias de servidores, sejam mal geridos. Tal iniciativa tomou grande dimensão quando o referido instituto iniciou investimentos diversos em bancos privados.

De forma nenhuma o Poder Legislativo deve permanecer inerte às discussões quanto a moralidade e legalidade desse novo posicionamento do IPER que, sem dúvida, refletirá sobre a segurança financeira e conforto de milhares de cidadãos roraimenses.

Dessa forma, requero tais informações, pois, dessa forma, serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos, diante das ações ou omissões dos gestores públicos do Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

FLAMARION PORTELA

Deputado Estadual

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 002, DE 2011.

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do inciso XXIX, do Art. 33 da Constituição do Estado, *c/c o caput* do Art. 84, o *caput* do Art. 196 e seu respectivo inciso I, do Regimento Interno, aplicando-se o regime de prioridade previsto no inciso II, do Art. 250 de mesma norma regimental, REQUEIRO que seja convocado o senhor RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima para que se apresente em Sessão do Plenária – para que preste, pessoalmente, informações sobre os seguintes assuntos:

1. Qual o teor da ata do Conselho Estadual de Previdência (CEP), realizada em Reunião Extraordinária do mesmo, que deliberou sobre autorização para realização de investimentos diversos (a mesma foi referenciada na publicação da Folha Web, em 11/02/2012) ?
2. Quais as Instituições que receberam esses recursos, valor investido e modalidade de investimento, retorno dos investimentos e riscos desses novos investimentos.
3. Qual o atual valor investido por instituição (R\$/Instituição)?
4. Em cada instituição aplicada, qual o atual valor investido por modalidade de investimento (Instituição/R\$/Investimento)?
5. Qual taxa esperada para retorno dos investimentos, ou seja, a Taxa de Juros Atuariais (Instituição/Investimento/R\$/Rendimento)?
6. Qual a Matriz de Risco relativo a esses novos investimentos, os quais foram possíveis após deliberação constante na Resolução do CEP de que trata o item “1” acima (contraparte/Liquidez/mercado/legal/operacional)?
7. Quais os esclarecimentos e garantias prestadas pelo IPER aos servidores da administração pública direta e indireta, bem como dos militares estaduais, diante do temor em razão da realização destes investimentos, haja vista que há experiências negativas do sistema previdenciário de outras Unidades da Federação.

<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=124214>.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

É notório que, com a consumação da realização de investimentos diversos em instituições e modalidades de investimentos que tornaram-se polêmicos, não há o que se discutir em audiência pública sobre o referido assunto, mas sim em exposição, aparte e interpelação – o que torna relevante a presente o atendimento deste.

É do conhecimento da Casa do Povo que as entidades sindicais, com todo o direito e razão, vêm se mobilizando para evitar que os recursos sob guarda do IPER, destinados a custear aposentadorias de servidores, sejam mal geridos.

De forma nenhuma o Poder Legislativo deve permanecer inerte às discussões quanto à moralidade e legalidade desse novo posicionamento do IPER que, sem dúvida, refletirá sobre a segurança financeira e conforto de milhares de cidadãos roraimenses.

Dessa forma, requero a convocação do Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima (IPER) junto à Assembleia, pois, dessa forma, serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

FLAMARION PORTELA

Deputado Estadual

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº003/12

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

EXTINÇÃO DAS SECRETARIAS SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO – SEAPI, SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PROJETOS ESPECIAIS - SEPE E SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE APOIO À GESTÃO INTEGRADA - SEAGI.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e Promoção de Investimentos – SEAPI, instituída por meio do Decreto nº 12.122-E, em 06 de dezembro de 2010, foi criada com o objetivo de assessorar o Governador do Estado na articulação institucional (função da Secretaria de Articulação Municipal e Política Urbana) em conjunto com as demais Secretarias de Estado e acompanhar as relações políticas internas e externas do Governo do Estado de Roraima, garantindo a tramitação rápida de assuntos e projetos do Governo e outras situações de interesse do mesmo.

No entanto, o que realmente existe é uma secretaria que tem por finalidade ações que se confundem com departamentos em funcionamento em outras secretarias, possuindo uma folha de pagamento altíssima para uma pasta que possui apenas 07 (sete) servidores, sendo que ela funciona em uma sala e não possui sequer um telefone fixo para contato.

Além disso, tal secretaria não realizou durante o ano de 2011 um projeto sequer que tenha efetivamente acarretado benefícios para o Governo do Estado, bem como para a sociedade roraimense, ao contrário, ela concentra recursos e inchaço administrativo, sendo que suas ações buscam tão somente consolidar interesses e a manifestação privilegiada de poucos e não do Estado, em troca de favores ou também de interesses.

No mesmo sentido, a Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais, que teria como objetivo principal, segundo decreto que a criou nº 12.293-E, em 28 de janeiro de 2011, canalizar ações para projetos prioritários do Governo do Estado, para o aproveitamento das potencialidades econômicas, o que, todavia, até o momento não apresentou nenhum estudo de viabilidade ou mesmo projeto para captação de recursos ou investimento, nem mesmo o PPA (plano plurianual) recentemente elaborado pelo próprio Governo do Estado sequer cita esta citada secretaria.

É notório o dispêndio com esta Secretaria, dada a conveniência política que esta dispensa aos afiliados do Governo, que dispõem de cargos comissionados, além de que a mesma não condiciona o Estado a resultados práticos que possam levar a desenvolvimento, sendo que no bojo de suas ações há o objetivo de buscar ações voltadas a comunidades indígenas, o que de forma efetiva nada foi realizado e tampouco será, uma vez que nem planejamento para tal existe.

Da mesma forma como a Secretaria de Articulação Institucional e Promoção de Investimento, funciona em uma sala no

mesmo prédio do Governo do Estado, não há um telefone fixo para contato e possui uma folha de pagamento mensal exagerada para uma relação de apenas 10 (dez) servidores.

Por fim, temos a Secretaria Extraordinária de Apoio a Gestão Integrada – SEAGI, que foi criada por meio do Decreto nº 12.294-E, em 28 de janeiro de 2011, com o propósito de gestionar os recursos provenientes de convênios, captação, celebração, execução e prestação de contas, e no mesmo sentido das outras secretarias não se têm conhecimento de captação de recursos e tampouco demais ações provisionadas em seus objetivos.

Além disso, a citada secretaria comete os mesmos erros administrativos que as demais secretarias (SEAPI e SEPE), como o elevado custo operacional que não gera resultado efetivo para a sociedade, inchaço administrativo, ações em duplicidade com outras secretarias, bem como elevado ônus ao erário Estadual, tendo em vista que não diferente das outras secretarias citadas acima, funciona também em uma sala na Escola do Governo, não possui telefone fixo e uma folha de pagamento exagerada para a quantidade de 11 (onze) servidores, não demonstrando assim a menor necessidade de sua existência.

Diante do exposto, tendo em vista todos os motivos acima mencionados, essa iniciativa amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este Parlamentar para fazer com que o Executivo tome providências no sentido de extinguir estas Secretarias, tendo em vista que elas não possuem o menor fundamento para sua existência.

Tal extinção por parte do Executivo diminuiria os gastos que anualmente só com a folha de pagamento destas pastas extraordinárias estão em torno de R\$ 2.527,84 (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil e oitenta e quatro centavos), isso para um total de 28 servidores, somando estas três Secretarias.

Como consequência, esse valor poderá ser revertido em benefícios para o povo do Estado de Roraima, que nunca esteve tão carente de saúde, segurança e educação, direitos fundamentais que não estão sendo respeitados por este governo.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA
 Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 005 /2012

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no Art.202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

- Encaminha documento indicativo de várias ações – QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PARA O SETOR AGRÍCOLA DE RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

Os pontos comentados neste documento tentam identificar os principais entraves ao desenvolvimento da agricultura de Roraima. Mostra a necessidade urgente de adequação das instituições que compõem o Setor Agrícola, para potencializar a nova demanda do Estado, que pretende alcançar melhores índices de desenvolvimento.

Pretendem, estas indicações, orientarem a execução de um Programa de Trabalho para a agricultura do Estado, no Governo José de Anchieta, no período 2012/2014

Sala das Sessões, 28 de Fevereiro de 2012.

Francisca Aurelina de Medeiros Lima
 Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 006 /2012

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no Art.202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

- Criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER/RR.

JUSTIFICATIVA

A Assistência Técnica aos produtores rurais bem como a Extensão Rural são instrumentos de política agrícola capazes de mudar o perfil do setor agrícola de forma bastante positiva.

Sua autonomia, sua estruturação e o direcionamento de suas atividades para o atingimento de um único objetivo, envolvendo, num

mesmo processo, a agricultura empresarial, agricultura familiar e agricultura indígena, produzirá, certamente, o desenvolvimento do Estado, meta perseguida pelo Governo Estadual.

Sala das Sessões, 28 de Fevereiro de 2012.

Francisca Aurelina de Medeiros Lima
 Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 007 /2012

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no Art.202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

- Reformulação da Estrutura Organizacional, inclusive com a criação de novos cargos e nova denominação, da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima, antes executora de várias ações – regularização fundiária, fiscalização e defesa agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural, política ambiental dentre outras – necessita de adequação em sua estrutura em função das novas atribuições que lhe são imputada.

E necessário adequá-la a uma nova visão, centrada no fomento e produção, incentivos fiscais e ações de apoio – mecanização, irrigação, abastecimento, etc – com o fim de fazer fluir o potencial da agricultura do Estado.

Sala das Sessões, 28 de Fevereiro de 2012.

Francisca Aurelina de Medeiros Lima
 Deputada Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, convidou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Primeiro Secretário. Continuando, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Memorando nº 004/12, de 28/02/12, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 28/02/12. Ofício nº 007/12, de 28/02/12, do Deputado Soldado Sampaio, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 28/02/12. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando a “Extinção das seguintes Secretarias: Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e Promoção de Investimento – SEAPI, Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais – SEPE, e Secretaria Extraordinária de Apoio à Gestão Integrada – SEAGI”. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando a “Criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo”. Requerimento de Pedido de Informação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio. Requerimento de Pedido de Informação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio. **EXTERNO**: Ofício nº 016/12, de 03/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica e Científica nº 111/11 - Estado de Roraima/SECD/Centro de Educação Técnica e Especializada de Roraima – CETERR. Ofício nº 79/12, de 06/01/12, da Diretoria de Polícias Penitenciárias, informando que foi celebrado convênio entre o Ministério da Justiça e o Estado de Roraima, objetivando a implementação do Projeto de “Aparelhamento de 02 Unidades Básicas de Saúde no Sistema Prisional do Estado de Roraima”. Ofício nº 047/12, de 17/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica e Científica nº 112/2011 – Estado de Roraima/SECD/Centro de Educação Técnica e Especializada de Roraima – CETERR. Ofício nº 056/12, de 23/01/12, da Secretaria de Estado de

Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio nº 110/2011 – Estado de Roraima/SECD/Universidade Federal de Roraima – UFRR. Ofício nº 057/12, de 23/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Acordo de Cooperação nº 002/11 – Estado de Roraima/SECD/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ofício CSSAS 199/2012, de 23/01/12, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, solicitando que seja criada uma Frente Parlamentar para propor políticas públicas visando diminuir a transmissão do vírus HIV/AIDS e melhorar a qualidade de vida de seus portadores. Ofício nº 198/12, de 01/02/12, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, informando a titularidade da Pasta daquela Secretaria. Ofício Circular nº 001/12, de 02/02/12, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, informando a nomeação, através do Decreto nº 112-P, de 31/01/12, do Senhor Eliéser Girão Monteiro Filho como Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima – SEJUC/RR. Ofício Circular nº 001/12, de 08/02/12, da CODESAIMA, informando a nomeação do Diretor-Presidente daquela Companhia. Ofício Circular nº 001/12, de 09/02/12, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU-RR, informando que já se encontra em funcionamento o referido Conselho.

GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou fazendo a leitura de um trecho da Mensagem Governamental para o exercício de 2012, lida nesta Casa, no dia quinze de fevereiro do corrente, quando, segundo o Senhor Parlamentar, o Governador em exercício, **Francisco Rodrigues**, teria destacado a honra de apresentar a referida Mensagem na abertura do ano legislativo, cujas palavras eram de respeito a este Parlamento, compromisso com o povo e esperança na capacidade de construir um Estado em que o bem-estar da maioria seja prioridade de cada um. Prosseguindo, informou que, partindo do princípio de que o bem-estar da maioria é a prioridade deste Governo, apresentou Indicação ao Executivo solicitando a extinção das Secretarias Extraordinárias de Articulação Institucional e Promoção de Investimentos –SEAPI; de Projetos Especiais – SEPE; e de Apoio à Gestão Integrada – SEAGI. De acordo com o Senhor Parlamentar, a indicação foi feita após um estudo profundo, através do qual constatou que, até hoje, não foi realizada uma só ação pelas referidas Secretarias, que funcionam numa única sala do prédio da Vice-Governadoria, com apenas um funcionário, apesar de constar na folha de pagamento que cada uma possui 10 servidores, representando para os cofres públicos um gasto com pessoal em torno de um milhão de reais, por secretaria, anualmente, enquanto servidores da saúde, da educação e da segurança pública clamam por melhorias salariais. Após, informou ter apresentado, também, uma Indicação para a criação da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento, Indústria e Turismo, uma vez que, em reunião com representantes de diversos setores, chegou-se à conclusão de que a saída para o desenvolvimento do Estado é o investimento no setor produtivo e no turismo. Finalizando, reportou-se ao Senhor Deputado Jânio Xingú, sugerindo que ele apresente uma única ação desenvolvida pelas referidas Secretarias em prol do Estado de Roraima. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, inicialmente, lembrando que mais um ano de mandato se inicia, destacou sua vontade de estar sempre em busca do melhor para o desenvolvimento do Estado, ressaltando que o papel do Parlamentar é buscar mecanismos que gerem empregos e mais qualidade de vida para o povo. Prosseguindo, lembrou ainda que, no ano de 2011, por diversas vezes, usou a Tribuna para levar ao conhecimento da sociedade todos os problemas encontrados nos mais diversos setores públicos do Estado, tendo apresentado, inclusive, indicações ao Governo para que providências fossem tomadas, no entanto, de acordo com o Senhor Deputado, até o momento, nada foi feito, de modo que o sofrimento e as incertezas continuam a fazer parte do cotidiano desse povo, principalmente do homem do campo, que tanto pena com a falta de apoio por parte do poder público. Continuando, solicitou ao Senhor Governador que dê resposta às suas indicações, para que a população perceba o verdadeiro compromisso do Governo para com o desenvolvimento do Estado. Após, informou ter protocolado na Casa o Projeto de Lei nº 005, que dispõe sobre as obrigações contraídas no âmbito da administração estadual direta e indireta, lembrando que a aprovação e sanção do Projeto possibilitarão que os empresários programem seus vencimentos, garantindo maior agilidade na execução dos contratos, pagamentos dos fornecedores e colaboradores, e pediu o apoio dos seus Pares para a aprovação da matéria. Finalizou registrando sua preocupação com a situação precária de um trecho de, aproximadamente, 80 quilômetros da BR-174, sentido Pacaraima,

tendo em vista a aproximação do Micaraima, que acontecerá nos dias 9 e 10 de março. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou desejando aos seus Pares um profícuo ano legislativo, para que possam trabalhar em harmonia. Prosseguindo, informou ter participado da Comissão Especial responsável pela sabatina do atual Presidente do IPER, que teria afirmado não haver intenção de retirar recursos do Órgão aplicados na Caixa Econômica para aplicar em qualquer outro Fundo, caso seu nome fosse aprovado para o cargo. No entanto, segundo o Senhor Parlamentar, com o aval do Conselho Fiscal daquela Instituição, o Presidente retirou cento e oitenta milhões de reais da Caixa Econômica Federal, um banco pertencente à União, com capital social integralizado de mais de dois bilhões de reais, para aplicar em outros Fundos, citando, como exemplo, o Ático Renda Fixa Institucional, com capital social de apenas quarenta e três milhões de reais. Continuando, fez um demonstrativo das perdas ocasionadas pela operação, destacando que, durante o período em que os recursos foram aplicados na Caixa Econômica foi cobrada uma taxa de administração de zero vírgula vinte por cento, enquanto a taxa cobrada agora é de dois vírgula cinco por cento, um montante doze vezes maior que o cobrado anteriormente. Com relação aos rendimentos, durante um mês a Caixa Econômica ofereceu um vírgula cinquenta e cinco por cento, enquanto os demais Fundos renderam quarenta por cento a menor. Em seguida, destacou que, durante dois anos, a Caixa Econômica ofereceu uma renda líquida de vinte e seis vírgula sessenta e dois por cento, e os demais Fundos renderam vinte e três vírgula trezentos e noventa e oito por cento, totalizando mais de dez por cento de prejuízo aos servidores do Estado, sem contar o risco das aplicações. Na opinião do Senhor Parlamentar, qualquer pessoa em sã consciência jamais faria as referidas aplicações, não havendo nenhuma explicação técnica para tal decisão, principalmente pelo que rege o contrato das aplicações. No que tange ao resgate das cotas, o prazo entre a solicitação e a data da sua conversão será dividido em duas etapas, trinta e seis meses após a solicitação serão pagos cinquenta por cento; e, quarenta e oito meses após a solicitação, será pago o restante, ressaltando que, se o Governo resolver retroagir e solicitar o resgate, só será pago daqui a sete anos, além de que os cotistas, ao fazerem as aplicações, estão expostos à perda de capital, não havendo garantia da administradora de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor de crédito. Finalizou ressaltando que o dinheiro do IPER é resultado do sangue e do suor do conjunto dos servidores do Estado de Roraima, por isso deve ser respeitado. O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, em seu pronunciamento, fez uma retrospectiva da sua atuação nesta Casa, no ano que passou, agradecendo o apoio de todos os Parlamentares e das Secretarias nas diversas proposições de relevância para os servidores e para a sociedade roraimense, apresentadas durante no ano de 2011, as quais foram debatidas, votadas e aprovadas nas Comissões e no Plenário. Prosseguiu citando alguns Projetos, como o que aumentou a margem de empréstimo para os servidores públicos, facilitando a aquisição da casa própria; o que criou o PROCON-ASSEMBLEIA; e o que criou o Colégio Militar. Continuando, agradeceu aos seus Pares por todo o apoio e confiança nele depositados, pois, graças a isso, participou, como relator, de diversas proposições importantes neste Parlamento, inclusive a polêmica relatoria da PEC que deu autonomia ao Ministério Público de Contas, destacando que todas essas conquistas não são tarefa de uma só pessoa, mas, resultado de todo o colegiado e de todos os órgãos que compõem esta Casa de Leis. Após, referindo-se ao processo licitatório para contratação de empresa para limpeza das escolas estaduais, afirmou veementemente não ter participação, como titular nem como sócio, em nenhuma firma que está pleiteando vagas, ressaltando que mora no Estado há 23 anos e nunca foi empresário, não possui empresa, nunca foi sócio de nenhuma empresa, não possui laranjas, testas de ferro, prepostos ou qualquer outra denominação, e que tal denúncia provinda do relatório do Tribunal de Contas é completamente infundada. Em seguida, referindo-se ao relatório que cita o nome da empresa de sua mãe, que é empresária há mais de 30 anos, atuando em Roraima há mais de 10 anos, e que nunca precisou de indicação para ganhar licitações, questionou se seria justo uma empresária ser prejudicada pelo simples fato de ser mãe de um Parlamentar, que está no Poder há apenas um ano. Finalizou afirmando nunca, em sua vida pública, ter se deparado com tamanha tentativa de macular sua honra e seu nome, e disse não querer acreditar que essa denúncia seja uma represália a este Poder e ele, em particular, pela aprovação, por unanimidade, da PEC que deu autonomia ao Ministério Público de Contas. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, reportando-se ao pronunciamento do Senhor

Deputado Brito Bezerra com relação às Secretarias Extraordinárias, disse reconhecer a necessidade de correção em algumas das pastas, mas, também, o excelente trabalho realizado pelas referidas Secretarias, manifestando-se favorável à substituição de algumas, como a de Esportes e Cultura, que, segundo Senhor Parlamentar, pode buscar seus recursos junto ao Governo Federal, trazendo investimentos para o Estado. Após, referindo-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Flamarion Portela, informou ser favorável, primeiro, à vinda do Conselho Fiscal do IPER a esta Casa para prestar esclarecimentos sobre a aprovação das decisões tomadas pela presidência do Instituto, para, posteriormente, ouvir o Presidente do Órgão. Em seguida, solicitou à Mesa Diretora a criação de uma Comissão para, junto com a bancada federal de Roraima, buscar apoio para a aprovação das PECs referentes ao FPM e ao FPE, bem como, a dos servidores do antigo Território de Roraima, que será votada no Congresso Nacional. Finalizou destacando o trabalho realizado pelo Governo no intuito de criar no Estado uma infraestrutura adequada para receber os grandes investimentos da iniciativa privada. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** iniciou informando ter protocolado na Casa três indicações ao Governo do Estado referentes a projetos que já vinha trabalhando, durante o ano de 2011, junto com a Secretaria de Agricultura, técnicos da extensão rural e organizações rurais. Após, lembrando que a Secretaria de Agricultura tem sua estrutura montada desde 1991, ano da implantação do Estado, destacou que várias de suas atribuições já não fazem mais parte de seu programa de trabalho, citando a Agência de Defesa, que passou a cuidar da parte de fiscalização e defesa; o Instituto de Terras, que passou a cuidar da parte de colonização e reforma agrária; e o Instituto de Assistência Técnica, que tem seus serviços ainda vinculados à EMBRATER, em nível nacional. Na opinião da Senhora Deputada, o órgão necessita de autonomia para que possa angariar recursos e prestar serviços de assistência técnica no Estado aos pequenos agricultores, inclusive nos projetos de assentamento do Governo Federal, que hoje contratam serviços externos. Prosseguindo, informou sua participação na reunião, realizada no Estado, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, momento em que foi assinado um convênio de trinta e um milhões para legalização e georreferenciamento das terras de alguns municípios de Roraima. Após, informou que o Senhor Governador do Estado e o vice-Governador, hoje Secretário de Agricultura, levaram a proposta da criação do Instituto ao conhecimento do Ministro, que, segunda a Senhora Deputada, foi bem aceita, destacando que o Governo Federal se dispôs a ajudar, ressaltando a necessidade do encaminhamento a esta Casa, o mais rápido possível, do Decreto de criação, para que se possa angariar recursos lá fora. Em seguida, justificou que a reformulação da estrutura da Secretaria de Agricultura é necessária, haja vista a saída de várias ações e serviços, pois, de acordo com a Senhora Parlamentar, seu organograma está inadequado para cumprir com as funções que o setor agrícola requer. Prosseguindo, informou ter encaminhado, através da Mesa Diretora, um Projeto de Resolução que altera o Regimento Interno da Casa, para a criação da Procuradoria Especial da Mulher. Ao continuar, informou sua participação na comissão de técnicos do Brasil e do Exterior, coordenado pelo Doutor Marcos Pontes, que se encontra no Estado, visitando vários municípios, com o intuito de implantar projetos de investimentos de sobrevivência sustentável.

Referindo-se ao IPER, disse não ter dúvida de que a Casa tem a responsabilidade, o cuidado e o zelo com relação às questões do Estado. Prosseguindo, deu conhecimento de que a PEC do setor agrícola deverá entrar em pauta, na próxima semana, para ser votada na Câmara Federal, ressaltando que uma equipe da Casa acompanhará essa PEC e as demais citadas. Finalizando, solidarizou-se com o Senhor Deputado Chagas, destacando que a Casa também estará ao seu dispor. **ORDEM DO DIA:** A Senhora Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação da Proposta de Moção de Pesar nº 03/12, pelo falecimento da Senhora Aldecy Figueredo Pereira (ALDECA), ocorrido no dia 24 deste mês; do Requerimento nº 001/12, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Previdência para que preste informações sobre aquele Conselho; e do Requerimento nº 02/12, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja convocado o Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, para que se apresente em Sessão Plenária, a fim de prestar informações a respeito daquela Pasta. Em seguida, colocou em discussão e votação a Proposta de Moção de Pesar nº 03/12, sendo aprovada. Posteriormente, informou que, por falta de quorum regimental, os dois requerimentos foram transferidos para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** se solidarizou com o Senhor Deputado Coronel Chagas com relação às acusações feitas a sua família. O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, reportando-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, ratificou, mais uma vez, a importância da extinção das três Secretarias extraordinárias, as quais, no seu entendimento, não têm razão de existir, devido ao alto custo anual de três milhões de reais. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, reportando-se ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz, afirmou que, caso fosse condenado pelos seus procedimentos, seria ficha suja, mesmo assim, não se arrepende da luta em defesa da categoria, ressaltando que foi anistiado pela Lei Federal nº 11192 e que não responde a nenhum processo que impossibilite a sua candidatura. Finalizou solidarizando-se com o Senhor Deputado Coronel Chagas. A senhora Deputada **Aurelina Medeiros** ressaltou a importância da vinda do Presidente do IPER a esta Casa, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do Órgão. Após, reportando-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Brito Bezerra, informou que a Secretaria de Planejamento é também de Comércio e Turismo e que são cinco as Secretarias Extraordinárias no Estado, criadas por Lei, com organograma próprio e um número reduzido de servidores, que trabalham na elaboração de grandes projetos e buscam recursos fora do Estado, inclusive para a recuperação das estradas. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 01 de março, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 01/03/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA